

Eventos

Sobre minha mesa tenho as publicações originadas de sucessivas edições do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). Desde a primeira, derivada do evento realizado em 1989¹, até a que adveio de sua sétima realização, também em São Paulo, em 2001.²

Quem se dispuser a reler as considerações dos diferentes colegas (estudiosos da urbanização a partir deste cadinho que é o campo disciplinar da Geografia) que se alternaram à frente da organização deste importante encontro científico, encontrará algumas observações em comum. A começar por um truísmo que aqui e ali alguém se lembra de registrar: o crescimento de eventos como este. Ora encontramos o entusiasta inconstante, constatando que o número de participantes cresceu em relação à edição anterior, ora nos deparamos com o omissivo, ou mesmo com o sutilmente preocupado com o fato do evento assumir essa característica geral dos fóruns nos quais se reúnem pesquisadores e estudiosos: a massificação. O que, obviamente, não pode causar surpresas, pois a massificação alcançou decididamente as universidades brasileiras há quarenta anos. E, no caso da pós-graduação em Geografia, o processo tornou-se límpido já faz uns vinte anos. Desde que não se confunda massificação com democratização do ensino superior, pode-se pressupor que a ampliação do acesso às condições para a realização de pesquisas científicas sobre a urbanização nos ajudaria a melhor compreender esse processo nada simples. Apresentando-o através de diferentes representações, cada vez mais geógrafos participam, portanto, dos SIMPURBs, o que evidencia o conhecimento sobre a urbaniza-

ção desenvolvido e acumulado no âmbito da Geografia.

Porém, não seria legítimo, senão necessário, colocar tal pressuposto sob suspeição? A questão, decerto, não consiste nas prerrogativas da Geografia para a tarefa do conhecimento científico da urbanização. Se existem parvos que crêem caber unicamente a essa província do saber fornecer as chaves teóricas para compreender a urbanização, a preconização à interdisciplinaridade para a abordagem científica do real evidencia que só o encasulado, ingênuo ou arrogante, se ilude com o suposto direito de “sua” ciência para demarcar o real e constituir assim um campo a ser explorado sob condições de monopólio. Mas só de um modo oblíquo tais anseios por abordagens inter, ou mesmo transdisciplinares, alcançam os fundamentos de algo que exige reflexão: as (im)possibilidades não só da Geografia, mas da própria ciência para apreender o real. Aqui não é o momento para instaurar qualquer auto de acusação à própria ciência, denunciar seu escárnio autoritário às demais formas do conhecimento do mundo. Mesmo porque sua autoproclamação como único centro do pensamento capaz de iluminar o mundo já se tornou um tanto *démodé*, já que o estetismo tem cumprido seu papel de permitir à ciência, sem abdicar de sua posição, perfumar-se com a arte, com a música, com a dança, o teatro... tolerando-as apenas como resíduos inofensivos do conhecimento que, por outro lado, foram subordinadamente integrados à reprodução da vida social como entretenimento.

Aproximamo-nos da questão, para voltar à Geografia e aos SIMPURBs, ao nos defron-

¹ CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

² CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. A respeito das edições de 2003 (Recife), 2005 (Manaus) e 2007 (Florianópolis), consulte o material disponibilizado pelos organizadores durante o próprio evento e/ou aquele

tarmos com um certo entusiasmo não só com a quantidade, com o crescimento do evento, mas sobretudo com o pluralismo de idéias que o caracteriza. Mais estudiosos, multiplicação das pesquisas, incontáveis publicações (a serem contabilizadas) nas quais se destaca a profusão de temas e subtemas e uma diversidade de olhares, como se costuma dizer. Em suma, a Geografia Urbana não é só prolífica, mas plural. Pluralismo comprovado pela miríade de pesquisas (expostas nas comunicações orais, nos painéis...) levadas a cabo sob diversos enfoques teórico-metodológicos.

Ora, por que deveríamos interrogar esse pluralismo, tão consensualmente incensado? Afinal, nada seria mais abominável que o “pensamento” único. Decerto! Mas se os guardiães de algum “pensamento” ossificado existem apenas como caricaturas, se não nos sentimos mais sufocados pelo obscurantismo dos geografismos asfixiantes aferrados aos limites acanhados e acabrunhantes da Geografia como a insuficiente e caricata disciplina das localizações, das descrições daquilo que não conhece a fundo, devemos aceitar resignados, ou pior, celebrar o privilegiamento da fragmentação, o atolamento do conhecimento em particularismos?

Resultante de uma certa *détente* acadêmica, conveniente e necessário para estabelecer “áreas de influência” teórico-metodológicas, o pluralismo permite que os pesquisadores dialoguem. Mas o que é dizível e audível dificilmente alcança os postulados que cada qual estabeleceu para si, para seu domínio. Desse diálogo de surdos participam tanto o empirista incapaz de enxergar além da facticidade, quanto o “teórico” que se refugia nos abismos do “pensamento”, que crê poder elevar-se a partir de si mesmo, de seu cativeiro. E, nessa perspectiva, o pluralismo sanciona, porque não permite questionar, o ativismo acrítico e comovente da especialização míope, ou, o que é pior, consagra o babelismo

teórico-conceitual aviltante, decorrente da adesão intelectual acrítica e preguiçosa ao pragmatismo oportunista, fundamental para dar um sentido conseqüente às inquietações quanto à sensação de despedaçamento, o que a obsessão pela transdisciplinaridade só esboça de maneira muito imperfeita. Daí a aversão ao pensamento, à (razão) crítica, pois dela brotam questões inconvenientes, que abalam as certezas, as convicções supostamente incontestes, necessárias para manter as consciências tranqüilas.

A modernização das diferentes realidades urbanas, codificadas e recodificadas de acordo com a complexificação das circunstâncias envolvidas (embelezamento, higienização, melhoramentos urbanos, até as chamadas revitalizações, requalificações...), possui ares de vestal intocável. Não é de hoje que muitos geógrafos se engajam firmemente a esse fim em si mesmo, pouco ou nada preocupados em interrogar os seus sentidos e finalidades. A gestão, o planejamento, a sustentabilidade (para usar algumas das palavras-chave da ordem atual) de realidades que se modificam, mas não se transformam ocupam o alto do firmamento ideológico; com coerência lógica buscam conferir coesão prática ao que essencialmente é contraditório. Há tempos o espectro da racionalidade ordenadora do mundo centrada no Estado deixou de rondar os SIMPURBs para se sentar à mesa, ocupando o lugar de destaque que lhe tem sido conferido pela perspectiva de que as regras, normas, condutas e consensos estabelecidos no e pelo Estado condensam as fontes do agir racional. O pluralismo reinante permite compreender que, amplamente colonizado pelas forças que comandam o plano econômico da vida social, essa expressão de degenerescência da política que é o Estado, não é o centro exclusivo nem legítimo de organização da vida social? Não foi isso que ocupou o centro dos debates em Florianópolis, na décima edição do Simpósio Nacional de Geografia Urbana. O

babelismo teórico permite compreender que a valorização do espaço, independente da alcunha que receba, implica o esvaziamento, a redução de sentidos e significações, como tem acontecido com a monumentalização aburguesadora de determinados locais?

Os geógrafos querem compreender o espaço urbano. Desde que não o tomem abstratamente como algo em si mesmo, desde que o considerem como um espaço-tempo que envolve as práticas e no qual se enfrentam diferentes estratégias, poderão compreender porque, nos dias que seguem, espaços urbanos modernizados acarretam a expulsão dos considerados incômodos e/ou inconvenientes, dos que não compõem a demanda solvável correspondente às exigências dos novos patamares da monetarização das relações sociais. Espaços são abertos para novos investimentos de capital, mas crescentemente fechados para a criação de relações sociais não mediadas pelas coisas, aproximando

assim as cidades, as metrópoles do limite inferior de tolerabilidade. Daí porque a ação modernizadora não pode prescindir do estabelecimento de um conjunto de estipulações sobre os usos do espaço para disciplinar as práticas espaciais permitidas.

Contra o “pensamento” único não deveríamos erigir uma teoria que desse conta da unidade do espaço assim fragmentado, especializado, funcionalizado, hierarquizado? Quais são as possibilidades teóricas, conceituais, metodológicas... mobilizadas pelos geógrafos para descentrar o pensamento teórico, para colocá-lo em movimento, recentrá-lo na totalidade para assim compreender as múltiplas determinações, os mecanismos de funcionamento, as contradições, os conflitos, as tendências, os sentidos... a dialética da urbanização? Pelas ironias da história, estas perguntas terão de ser retomadas em 2009, em Brasília, por ocasião da próxima edição do SIMPURB.